Título de la ponencia: Ensino técnico no Campo de Públicas no Brasil - histórico recente e desafios da formação

Autoras: Erika Caracho Ribeiro* e Raissa Fontelas R. Gambi**

Instituición de procedencia: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Dirección electronica: *erika@gestaopublica.etc.br, **raissa@gestaopublica.etc.br

RESUMO

Com vistas a melhor compreender a profissionalização e as competências do servidor público no Brasil, diante das mudanças pelas quais passa a administração pública nas últimas décadas, o presente artigo analisará a formação técnica específica para a área pública. Primeiramente, discute-se o papel da burocracia na implementação das políticas públicas, conectando-a a discussão sobre os funcionários públicos no Brasil de nível médio. Em seguida, é feito um breve histórico do ensino profissionalizante no Brasil, com foco na recente expansão de cursos técnicos voltados para a área pública. Pretende-se demonstrar que os cursos técnicos para a área pública podem contribuir para a formação de servidores melhor preparados para responder aos desafios e problemas públicos, como também cidadãos mais conscientes sobre a sociedade na qual vivem.

Palavras Chave: formação técnica, funcionalismo público brasileiro, campo de públicas, Brasil

*Graduada em Administração Pública e Mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). Professora e Coordenadora Pedagógica da Escola Técnica Estadual Cepam (Etec Cepam)

** Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (FJP) e Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (Unicamp). Professora da Escola Técnica Estadual Cepam (Etec Cepam)

Introdução

A implementação das políticas públicas, assim como a produção de informações e dados confiáveis e relevantes para o processo de tomada de decisão, requer uma maior qualificação dos servidores públicos. Tradicionalmente, os estudos na área da administração pública focam a necessidade da formação para os altos escalões dos governos, havendo uma lacuna importante no que diz respeito à formação de um grande contingente de servidores, que possui o nível médio e que se encontra em todos os órgãos da administração pública. O objetivo deste artigo é justamente problematizar a profissionalização e as competências do servidor público no Brasil, diante das mudanças pelas quais passa a administração pública nas últimas décadas, tendo como foco principal a contribuição dos cursos profissionais específicos para a área pública.

Parte-se de uma discussão mais geral sobre o papel da burocracia na implementação das políticas públicas, destacando a pouca atenção para a potencial contribuição de cursos profissionais específicos para a formação de recursos humanos para a área pública. Tendo como referência o Brasil, será apresentado um breve panorama sobre o desenvolvimento do ensino técnico no país e o momento atual de expansão, que abrange o crescimento da oferta de cursos técnicos voltados para a área pública. O panorama da evolução desta área de ensino multidisciplinar em gestão pública no Brasil será apresentado a partir do histórico do surgimento de tal formação no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CPS), instituição vinculada ao governo do Estado de São Paulo responsável pelo ensino técnico e tecnológico público. Por meio da análise das matrizes curriculares e das competências nas quais se baseiam os cursos voltados para a área pública, pretende-se analisar como esta formação corrobora não só para a formação de servidores melhor preparados para responder aos desafios e problemas públicos, como também de cidadãos mais conscientes sobre a sociedade na qual vivem.

Quanto à metodologia de pesquisa, foram utilizados dados primários (por meio de análise dos currículos das instituições pesquisadas) e secundários (utilizando informações disponibilizadas nos sítios eletrônicos ou por meio da Lei de Acesso à

Informação[1]). Outras informações foram coletadas por meio de observação direta das autoras, que são professoras do curso técnico de Gestão de Políticas Públicas/Serviços Públicos em uma escola técnica do CPS e construíram, junto de outros profissionais, o histórico recente da Etec Cepam e da oferta de cursos do Campo de Públicas nessa instituição. Também se utilizou da pesquisa bibliográfica e documental para a análise do ensino técnico no Brasil e o papel da burocracia na implementação das políticas públicas.

1- Literatura sobre burocracia e o papel do técnico

A literatura confere grande ênfase ao papel da burocracia[2] nos processos de tomada de decisão e na execução das políticas. De acordo com Cavalcante e Lotta (2015:13):

> (...) a maior parte dos estudos que busca compreender a atuação da burocracia se centra naqueles que ocupam altos cargos (burocracia de alto escalão) ou naqueles que interagem diretamente com o público beneficiário das políticas públicas (burocracia de nível de rua). (Cavalcante e Lotta, 2015:13)

Embora reconheçam as lacunas da literatura sobre a burocracia, os autores centram sua análise no que denominam de burocracia de médio escalão, que seria o elo entre o alto escalão e a execução das políticas. Mais uma vez, um amplo contingente da burocracia pública, os funcionários de nível médio são desconsiderados. Uma das questões teóricas centrais da implementação de políticas públicas está relacionada ao nível de autonomia da burocracia. O reconhecimento da discricionariedade[3] na execução de atividades, que não somente a do alto escalão, são fundamentais para a discussão sobre a importância da contribuição de uma formação específica para estes profissionais. Isto porque se o pressuposto for o de que estes profissionais são somente executores mecânicos de

[1] Por meio da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI) a disponibilização de dados públicos aos/as cidadãos/ãs no Brasil foi regulamentada, evidenciando que a publicidade das informações e dados públicos deve ser a regra. Alguns dos dados presentes neste artigo, como o número de cursos profissionais na área de públicas e o número de servidores e as respectivas formações, foram obtidos por meio da solicitação ao órgão responsável uma vez que não estavam disponíveis nos sítios eletrônicos.

[2] Para os propósitos deste artigo, utilizaremos a palavra "burocracia" para designar o corpo permanente do Estado, que não passou pelo escrutínio popular para ocupar os cargos públicos (Cavalcante; Lotta, 2015).

[3] A discricionariedade está relacionada à amplitude dos limites, formais e informais, para a tomada de decisões que impactam a implementação das políticas.

ordens pré-estabelecidas, entendimento predominante nos primeiros estudos de análise de políticas públicas[4], de fato não há muito que se discutir a respeito da formação dos níveis hierárquicos mais baixos. Esta pode ser inclusive uma das razões para a pouca importância do tema nos estudos sobre a administração pública. Na medida, contudo, que se avança para outra perspectiva da implementação, que reconhece que mesmo os burocratas de nível hierárquico mais baixo possuem certo nível de autonomia na execução das tarefas, que são continuamente reelaboradas por eles, a questão da formação deveria, então, tornar-se central.

As análises concretas sobre o modo como as políticas são de fato implementadas demonstrou os limites do modelo anterior, caracterizado por um viés *top down*, que desconsiderava a importância da atuação cotidiana dos burocratas situados em níveis hierárquicos mais baixos. Um estudo seminal sobre a atuação destes burocratas, denominados de "burocratas de nível de rua[5]", foi elaborado na década de 1980 por Michael Lipsky e até hoje se constitui como referência no estudo sobre a implementação das políticas públicas. De acordo com Lipsky (1980:3), os burocratas de nível de rua se referem aos profissionais que interagem diretamente com os cidadãos e tem uma razoável discricionariedade no exercício do seu trabalho. A discricionariedade está relacionada à determinação da natureza, da quantidade e da qualidade dos benefícios, além das sanções aplicadas (Lotta, 2012).

Ainda que a definição da burocracia de nível de rua não esteja diretamente vinculada ao nível da formação educacional dos profissionais, é possível supor que nesta ampla categoria há tanto profissionais de nível superior, como professores e assistentes sociais, como de nível médio, atendentes dos variados serviços, agentes comunitários, etc. Ao olhar para a burocracia de nível de rua, tendo como recorte a formação educacional, percebe-se o grande espaço para uma formação de nível técnico específico, que poderia ser suprida pela oferta de cursos técnicos na área da administração pública. Para além desta burocracia que está em contato direto com o/a cidadão/ã (atividade fim), há ainda um grande contingente que trabalha na execução de tarefas, chamadas de "meio", essenciais para o bom desempenho dos órgãos públicos.

---

[4] Esta forma de analisar a implementação ficou conhecida como modelo *top down* no qual esta era analisada como uma mera decorrência da etapa anterior de formulação e planejamento. Não há espaço para a discricionariedade e as falhas eram interpretadas como desvios em relação ao plano original.
[5] Tradução livre, no original *street level bureaucrats*.

2- Papel do profissional de nível médio/técnico no setor público

Como visto, pouco se trata do profissional de nível médio nas pesquisas sobre burocracia estatal. Ele é um ator importante seja nas atividades fim ou meio. Ainda, pensar na capacitação desse servidor é também muito importante, visto que grande parte das formações específicas para o campo público oferecidas têm como requisito o ensino superior (sejam cursos de aperfeiçoamento, especialização ou até mestrados e doutorados). A partir de dados do governo do Estado de São Paulo, obtidos pela Lei de Acesso à Informação e retirados do Sistema de Recadastramento Anual de Ativos de 2014 e dos dados do Boletim Estatístico de Pessoal do Governo Federal, de Janeiro de 2015 (que corresponde às informações de dezembro de 2014), disponibilizado mensalmente em seu sítio eletrônico, coletou-se as informações sobre o nível de escolaridade dos funcionários públicos para o ano de 2014.

Tabela 1: Funcionários públicos estaduais (SP) e federais e grau de escolaridade, 2014.

Governo / Escolaridade	1º Grau	2º Grau + técnico	3º Grau	Especial. + Aperf	Mestr. + Dout.+ Pós Dout.	Total
Governo Estadual (SP)	12.447	160.634	216.459	161.066	33.790	584.396
%	2%	27%	37%	28%	6%	100%
Governo Federal	32.138	136.230	255.182	33.241	115.643	572.434
%	6%	24%	45%	6%	20%	100%

Fonte: Elaboração própria, com dados do Governo Estadual de São Paulo e Governo Federal

É importante destacar que a formação que consta na tabela é a mais atual do servidor, não a necessária para ingresso no seu cargo. Ou seja, o funcionário pode ter a formação de nível superior, mas ocupar um cargo de nível médio. A partir dos dados da Tabela 1, percebe-se que o quantitativo de funcionários públicos com nível fundamental ou médio no final do ano de 2014, tanto para o nível federal quanto para o governo do Estado de São Paulo, é de cerca de 30%. Este seria um dos públicos potenciais do ensino técnico, seja na forma concomitante ou integrada seja na forma subsequente[6], para além do contingente que ainda não é funcionário público, mas que procura se qualificar para conseguir um cargo público. Ou ainda, aqueles que necessitam conhecer melhor o

[6] Desde o decreto nº 5.154, de 2004, a articulação no Brasil entre o ensino profissional e o ensino médio está organizada da seguinte forma: concomitante, quando ensino médio e profissional são realizados ao mesmo tempo, mas em instituições escolares distintas; integrada, quando o ensino médio e o profissional são realizados ao mesmo tempo e na mesma instituição escolar e; a subsequente, disponível para os egressos do ensino médio.

funcionamento da administração pública por trabalhar em empresas ou organizações do terceiro setor, mas com interface direta.

Neste sentido, é relevante destacar que o quadro do funcionalismo público da tabela 1 não reflete o nível de escolaridade geral da sociedade brasileira. No último Censo Demográfico de 2010 organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 23% da população brasileira com 10 anos ou mais havia concluído o ensino médio e 8% o ensino superior, conforme tabela abaixo.

Tabela 2: Pessoas com 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução - Brasil - 2010

Total	Nível de instrução				
	Sem instrução e fundamental incompleto	**Fundamental completo e médio incompleto**	**Médio completo e superior incompleto**	**Superior completo**	**Não determinado**
161 981 299	81 386 577	28 178 794	37 980 515	13 463 757	971 655
100%	50%	17%	23%	8%	1%

Fonte: IBGE, 2010

Os funcionários públicos de nível hierárquico mais baixo, mesmo os que não estão diretamente na execução dos serviços públicos, em contato com o público, desenvolvem importantes funções de apoio à implementação das políticas públicas e ao funcionamento da máquina pública. Um funcionário que sabe bem como lidar com a realidade e leis do setor público pode contribuir para uma boa implementação da política pública.

Em pesquisa recente, Batista (2015:364) utilizou-se de dados da Controladoria Geral da União (CGU), que avalia a utilização de recursos federais por municípios brasileiros, cruzados com dados do IBGE, sobre a qualidade da burocracia municipal, e mostrou que quanto mais funcionários com formação em nível superior menos erros na implementação da política e de irregularidades nas transferências federais para municípios ocorrem. Isso demonstra que a qualificação profissional para lidar com os desafios específicos do setor público é importante para uma implementação exitosa da política pública. Porém, o que esse artigo levanta como hipótese é que não necessariamente essa formação precisaria ser de nível superior, já que algumas competências básicas podem ser adquiridas por meio de uma formação profissional técnica de nível médio voltada especificamente para área pública, como é o caso do curso técnico em Serviços Públicos no Brasil.

Além do grande contingente potencial de alunos/as para o curso, há que se considerar a possibilidade dessa formação atingir também municípios menores. Por ser uma formação com duração inferior a do ensino superior e por exigir menos recursos para a sua implantação, as instituições escolares de nível técnico estão mais dispersas no território brasileiro que as de nível superior. De acordo com estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2011), a principal tendência observada na administração pública brasileira é a expansão da ocupação no setor municipal público, sendo que é nesta esfera administrativa que mais avança os vínculos diretos da ocupação do setor público. Ainda, muitas instituições também oferecem o curso no formato à distância ou semipresencial, o que contribui para a capilaridade do ensino inclusive em municípios onde não existem escolas técnicas fisicamente.

3- Histórico do ensino profissionalizante no Brasil e o surgimento do Centro Paula Souza nesse cenário

As mudanças pelas quais passa a administração pública nas últimas décadas foram acompanhadas por questionamentos acerca do papel dos servidores públicos, de modo geral, e dos gestores públicos, mais especificamente. Neste contexto, a formação destes atores ganha maior evidência. A partir dos anos 2000 no Brasil, tem-se um processo de expansão do ensino superior, tanto público quanto privado, em função das políticas estabelecidas pelo governo Lula.

No processo de expansão chama a atenção a criação de cursos na área da administração pública. Em 1995, havia 13 cursos de graduação em administração de empresas, com habilitação em administração pública. Em 2014, havia cerca de 200 cursos no país, de acordo com Pires et al. (2014). Ainda, é relevante destacar que no Sistema de Seleção Unificada (Sisu)[7] do governo federal para os cursos de graduação do ano de 2014, o curso tecnológico de Gestão Pública do Instituto Federal de Brasília (IFB) foi o mais concorrido, ultrapassando cursos tradicionais como medicina e administração (Correio Braziliense, 2013).

[7] O Sisu é um sistema de seleção do Ministério da Educação no qual instituições públicas de ensino superior disponibilizam vagas para ingressantes que serão classificados pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Remonta ao início dos anos 2000 também uma articulação de um grupo de atores sobretudo do campo universitário (professores/as, gestores/as acadêmicos e estudantes) em um movimento em torno da autonomia da administração pública em relação à de empresas, que foi fundamental para a consolidação de um campo específico para a área. O momento político da década passada, com a estabilização econômica do país, a ampliação das políticas públicas e a expansão do ensino superior, contribuiu para o êxito do movimento (Pires et al, 2014).

Os cursos voltados para o setor público possuem diferentes enfoques, mas compartilham o mesmo objeto estudo e compõem um campo específico, ainda provisório e em construção, denominado de "campo de públicas" (Pires et al, 2014). Como produto das articulações neste campo, em 2014 houve a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a administração pública, o que significou o reconhecimento formal da área como autônoma e diferenciada. De acordo com Pires et al. (2014), há um processo de alargamento do campo de públicas no Brasil para a pós-graduação e o fortalecimento das pesquisas na área.

A consolidação do campo e sua expansão vertical não contemplam, contudo, o desenvolvimento de cursos específicos na área de administração pública no nível técnico. No Brasil há uma histórica distinção entre o ensino superior e o técnico, havendo uma grande valorização do primeiro, visto como o único capaz de formar a classe dirigente, em detrimento do segundo. Para Silveira (2006), o ensino profissional no Brasil possui uma identidade voltada estritamente para as necessidades do mercado, havendo uma luta permanente entre uma formação mais assistencialista e voltada para uma aprendizagem operacional e uma perspectiva mais voltada para a preparação intelectual, uma melhor articulação entre cultura, ciência, técnica e escola. Esta perspectiva pretende superar o reducionismo da formação estrita para o mercado de trabalho e tenta incorporar, de acordo com Silveira (2006), a ideia de politecnia, de Gramsci[8], que não opera com a distinção entre trabalho mental e manual.

De forma a entender o *lócus* dos cursos técnicos na área da administração pública no Brasil e os desafios para a sua consolidação, cabe fazer um breve resgate histórico do modo como o ensino técnico se desenvolve no país. Até o século XIX não há registros

[8] De acordo com Saviani (2003:14 apud Silveira, 2006): "Politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica".

de iniciativas regulares pertencentes ao campo da educação profissional. As primeiras iniciativas surgem a partir de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas, pelo Príncipe Regente (Brasil, 1999). Por outro lado, instituições da sociedade civil foram criadas para o ensino das primeiras letras e de algum ofício para crianças pobres, órfãos e abandonados. De acordo com Silveira (2006):

> nos primeiros momentos da história do ensino profissional no Brasil, a oferta desta modalidade de ensino se dá sob a ideologia assistencialista baseada, ora na ética cristã, ora na filosofia positivista - os ricos devem favorecer e, ou, proteger os pobres, uma vez que as desigualdades sociais são dadas naturalmente -; e, também, que, enquanto a sociedade vai se transformando ao longo do processo histórico surge nova cultura aflorada pela urbanização-industrial. (Silveira, 2006)

O ensino profissional no Brasil, portanto, tem sua origem marcada pelo assistencialismo e por ser dirigido aos desvalidos. No início do século XX, são criadas as Escolas de Aprendizes Artífices em várias unidades da Federação, de forma a atender a crescente necessidade de formação de mão de obra para o campo e para a indústria. No decreto de criação (Decreto nº 7566/1909) ficam explícitos o público e a intenção das escolas: *"habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escolado vício e do crime"*. O pressuposto é que os filhos e filhas das classes trabalhadoras vivem num estado de ócio, vício e crime do qual serão afastados/as por meio da formação para o trabalho.

O processo de modernização e industrialização do país, a partir da década de 1930, exigiu uma mudança de postura das elites dirigentes em relação à educação profissional, sendo definidas leis específicas para a formação profissional, denominadas de Reforma Capanema, na década de 1940. Na década de 1960, a Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil reconheceu a plena equivalência entre os cursos técnicos e o ensino secundário, o que permitia aos egressos do técnico pleitear uma vaga no ensino superior. Na década seguinte, no contexto de um regime autoritário, deu-se a generalização compulsória da profissionalização do ensino médio cujo objetivo era o desenvolvimento econômico do país por meio da formação do capital humano. Realizada de forma difusa, contribuiu para a queda na qualidade do ensino público e na migração da classe média para as escolas privadas, que não estavam submetidas a esta profissionalização e conservavam um ensino propedêutico.

É nesse contexto que surge em 1969, no Estado de São Paulo, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps). Essa autarquia estadual ofereceu primeiramente cursos superiores tecnológicos nas áreas de Construção Civil e Mecânica (CPS, 2015a). No decorrer do tempo começou a atuar também com cursos técnicos para o nível médio no Estado de São Paulo, por meio de Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs).

No contexto da redemocratização do país, é aprovada uma nova Lei de Diretrizes e Bases, em 1996, que estruturou a educação brasileira em dois níveis: o da educação básica e o da educação superior. Como a educação profissional não está formalmente articulada a nenhuma das duas é considerada como um apêndice, o que reestabeleceu a dualidade entre a educação profissional e a básica. Por meio do decreto nº 2.208/97, os cursos técnicos passaram a ser ofertados de duas maneiras: a concomitante, na qual o/a estudante pode fazer ao mesmo tempo o médio e o técnico, mas com matrícula e currículos distintos, e a sequencial, para os que já concluíram o ensino básico[9]. Este conjunto de medidas ficou conhecido como "Reforma da Educação Profissional" e foi concebido no bojo do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que possuía com objetivo geral redução da oferta de vagas na rede federal e o fomento à oferta por associações da sociedade civil.

Para Moura (2007), o que marca a história da educação profissional e do ensino médio no Brasil é justamente a dualidade entre a formação propedêutica e a formação profissional. A separação institucionalizada pelo decreto nº 2.208/97 foi revista em 2004, após intensas mobilizações de setores da educação. O decreto nº 5.154/04 reestabelece a possibilidade de oferta do ensino técnico de forma integrada ao médio, sendo uma tentativa de superar a dicotomia entre conhecimentos gerais e específicos e entre o ensino médio e a educação profissional.

Nas últimas décadas, com a vigência do decreto nº 5.15/04, verifica-se uma grande expansão do ensino técnico, tanto o público quanto o privado. Houve o desenvolvimento de políticas públicas federais e estaduais que aumentaram sobretudo a

[9] Nos termos do artigo 5º do Decreto nº 2.208/97: *"a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este"*.

oferta de cursos técnicos integrados ao médio, além de forte expansão da oferta em instituições privadas.

Tabela 3. Número de matrículas na Educação Profissional por Dependência Administrativa, Brasil, 2007-2013.

Ano	Matrículas da Educação Profissional por Dependência Administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	780.162	109.77	253.194	30.037	387.154
2008	927.978	124.718	318.404	36.092	448.764
2009	1.036.945	147.947	355.688	34.016	499.294
2010	1.140.388	165.355	398.238	32.225	544.570
2011	1.250.900	189.988	447.463	32.310	581.139
2012	1.362.200	210.785	488.543	30.422	632.450
2013	1.441.051	228.417	491.128	30.130	691.376
▲%2012/2013	5,8	8,4	0,5	-1,0	9,3

Notas: 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional (AEE). 2) Inclui matrículas de educação profissional integrada ao ensino médio.

Fonte: INEP, 2014.

De acordo com a Tabela 3, é possível identificar uma oferta equilibrada entre a rede pública, quando somadas todos os entes da federação e a privada, com 52% e 48%, respectivamente. Esta expansão é alavancada principalmente pelo aumento da oferta na rede federal[10] e na privada[11]. A rede federal, que 2002 possuía 140 unidades, teve um aumento de 4 vezes em 2014, configurando atualmente uma rede com 562 escolas (Rede Federal, 2015).

As redes estaduais também tiveram significativo crescimento no período, com destaque para o Estado de São Paulo. A partir de 2006, quando o Centro Paula Souza, instituição responsável por este nível de ensino em São Paulo, passa a ser uma autarquia vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, inicia-se uma nova fase de expansão que dobra o número de escolas profissionais (Ruiz, 2014:46), em um período de 10 anos, conforme apontam os dados da Tabela 4.

[10] O governo federal oferece cursos técnicos e tecnológicos por meio de uma Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Nela estão os Institutos Federais (IFs), Universidades Tecnológicas, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

[11] A rede privada de educação técnica e tecnológica corresponde hoje a 48% das matrículas (INEP, 2014) e é formada tanto por escolas particulares, de organizações não governamentais (ONGs) como também pelo Sistema S (mantido por contribuições de empresas privadas e por alguns serviços pagos). Nele estão incluídos "Senai/Sesi (indústria), Senac/Sesc (comércio e serviços, exceto bancos); Senar (agricultura); Senat/Sest (transporte sobre pneus); Sebrae (todos os setores para atendimento a microempresa e pequenas empresas), Sescoop (recém criado, abrangendo cooperativas de prestação de serviços)" (MEC, 2004), que oferecem tanto cursos pagos quanto cursos gratuitos (já financiados pela indústria).

Atualmente, as Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) atendem mais de 212 mil estudantes, distribuídos em diversos municípios do Estado de São Paulo.

Tabela 4: Crescimento das Etecs no Centro Paula Souza

Ano	Quantidade de escolas técnicas
1980	6
1989	14
2003	96
2005	109
2015	218

Fonte: CPS, 2009:13; CPS, 2015a; RUIZ, 2014: 45-46.

De acordo com o relatório do governo brasileiro (INEP, 2014), os cursos profissionais com maior número de matrículas na rede pública são os de informática, administração e agropecuária, enquanto na rede privada são os de enfermagem, segurança do trabalho e administração, respectivamente. Em ambos chama a atenção a quantidade de matrículas em cursos de administração que, em termos absolutos, chegou a 138.004, em 2013, o que corresponde a 9,5% do total de matrículas.

Enquanto o curso técnico de administração voltado para as empresas é um dos mais tradicionais e que possui o maior número de matrículas no Brasil, tanto na rede pública quanto na privada, o desenvolvimento de cursos técnicos voltados para a administração na área pública é ainda tímido, embora seja notável seu crescimento nos últimos anos.

4- Cursos técnicos de Serviços Públicos no Brasil: formação na área técnica do Campo de Públicas

De acordo com dados do Ministério da Educação, por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec)[12], o número de cursos de Serviços Públicos no Brasil passa de apenas três, em 2010, para trinta e cinco, em 2014, o que demonstra um aumento de quase doze vezes, conforme demonstra a tabela 5.

[12] O Sistec é um sistema informatizado do governo federal cujo objetivo é promover mecanismos de registro e controle dos dados da educação profissional e tecnológica no país. O Sistec foi desenvolvido em 2008 com início de operação em 2009, por força da Resolução do CNE/CEB Nº 4/99. Todas as unidades de ensino profissional devem se cadastrar no Sistec. As informações do Sistec encontram-se disponibilizadas no sítio eletrônico: http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino/. Embora os mecanismos de busca necessitem ser aperfeiçoados para permitir a busca por palavras-chave.

Tabela 5. Número de cursos e matrículas de Serviços Públicos, Brasil, 2010 - 2014

Curso Técnico de Serviços Públicos	2010	2012	2014
Número de cursos	3	12	35
Rede Privada	0	1	1
Rede Estadual	1	5	29
Rede Federal	2	6	4
Rede Municipal	0	0	1
Número de matrículas	*	738	2.881

*Detectada inconsistência nos dados das matrículas para o ano de 2010.
Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI.

A oferta de cursos técnicos de serviços públicos se concentra nas áreas urbanas (33 cursos), havendo a prevalência da região Nordeste (27), quando considerado o ano de 2014. A maioria das matrículas encontra-se na rede pública, sobretudo na estadual, sendo a oferta pela rede privada residual. Importante ressaltar que o número de cursos técnicos no Brasil apontados acima possui um nível alto de subnotificação em função de não contabilização dos cursos a distância[13] tampouco dos cursos voltados para a área pública e que possuem um nome diverso do de "Serviços Públicos". Isto porque em 2008, houve no Brasil a unificação da nomenclatura dos cursos técnicos no "Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos", elaborado pelo Ministério da Educação. Os cursos técnicos voltados para a área pública, que antes tinham nomenclaturas diversas[14], passaram a estar reunidos sob uma mesma denominação: Curso Técnico em Serviços Públicos. De acordo com o Catálogo Nacional, o Técnico em Serviços Públicos é aquele que

> Executa as operações decorrentes de programas e projetos de políticas públicas. Executa as funções de apoio administrativo. Auxilia no controle dos procedimentos organizacionais. Auxilia na organização dos recursos humanos e materiais. Utiliza ferramentas de informática básica como suporte às operações. (MEC, 2012)

Embora tenha havido, a partir de 2008, um esforço para a unificação das nomenclaturas cos cursos profissionais, deixou-se aberta a possibilidade para as instituições proporem cursos diferenciados, chamado de "experimentais". Estes apresentam currículos inovadores e não estão previstos no Catálogo. Os cursos experimentais podem funcionar

[13] Pesquisas nos sítios eletrônicos de instituições federais do ensino técnico apontam que grande parte da oferta de cursos na área de serviços públicos é na modalidade a distância. Não há, contudo, dados sistematizados para o curso nesta modalidade.

[14] De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (MEC, 2012) foram agrupados em torno do nome "Serviços Públicos", cursos que possuíam as seguintes terminologias: Gestão de serviços públicos; Gestão do setor público; Gestão e administração financeira governamental; Gestão empresarial e pública; Gestão pública e cidadania; Gestão pública e controle administrativo operacional; Gestão pública governamental; Gestão pública no executivo. Gestão pública no legislativo; Gestão pública.

por no máximo três anos, após este tempo devem ser credenciados pelos Conselhos Estaduais de Educação[15] ou devem se adequar aos cursos previstos no Catálogo. Assim, certamente há uma série de cursos que atualmente funcionam em caráter experimental e que podem estar voltados para a formação de recursos humanos para a área pública, mas estão agrupados na terminologia genérica de "outros", dentro do eixo tecnológico de Gestão e Negócios, o que não contribui para a construção de um panorama mais exato do número de cursos e matrículas em cursos profissionais voltados para a administração pública.

Como fatores que podem ser apontados para a expansão dos cursos técnicos voltados para a administração pública, está o próprio contexto de expansão do ensino técnico, como apontado anteriormente, assim como o reconhecimento da especificidade da formação em administração para a área pública, distinta da formação para a área privada. Este movimento é impulsionado pela discussão dos cursos no nível superior, mas se espraia para outros níveis, como é o caso do ensino técnico.

É neste contexto que surge o curso técnico de Gestão Pública no Centro Paula Souza (CPS), em 2010. Corroborando a subnotificação das bases existentes, este curso não aparece na contagem dos 3 cursos existentes no Sistec uma vez que não possui o título "Serviços Públicos", pois foi criado como experimental, estando classificado como "outros" no eixo Gestão e Negócios. Na época de sua criação, em 2009, o curso foi estruturado a partir de uma parceria do CPS com o Centro de Estudos e Pesquisas em Administração Municipal (CEPAM), fundação do governo do Estado de São Paulo (Piero e Ribeiro, 2012), para implementação em uma nova escola criada, a Escola Técnica Estadual CEPAM (Etec CEPAM). A equipe formada para criação dos componentes e matriz curricular era composta por funcionários das duas instituições, sendo que os técnicos vinculados ao CEPAM tinham um grande conhecimento e experiência prática sobre a temática da qual se tratava a formação e os do CPS sabiam como estruturar essas informações do mercado em currículos e cursos técnicos.

Em 2013 esse curso passou por nova reformulação, passando a chamar-se "Gestão de Políticas Públicas", continuando como um curso experimental por mais 3 anos (Piero e Ribeiro, 2012: 5-6). Essa decisão foi tomada pois esse último nome aproximava a

[15] No Brasil, os cursos técnicos não são credenciados pelo Ministério da Educação, órgão federal, mas sim pelos Conselhos Estaduais de Educação. Para a rede federal, as instituições possuem autonomia para a abertura de cursos.

formação técnica da sua correspondente no ensino superior[16] e marcava que a formação oferecida pelo Centro Paula Souza tinha algumas peculiaridades que o nome previsto no Catálogo de Cursos Técnicos, Serviços Públicos, não atendia. Essas especificidades vão desde as características da matriz curricular, que oferece dois componentes com conexão direta com a prática profissional (30% em cada módulo) que trazem uma formação mais holística e não somente ferramental (Piero e Ribeiro, 2012: 3-4), até a crença da comunidade de professores e coordenadores da Etec e de coordenadores e técnicos do Cepam que se o nome do curso fosse "Serviços Públicos", ele não transmitiria aos possíveis estudantes o que essa formação construiria em termos de habilidades e competências profissionais.

Em março de 2015, porém, o Centro Paula Souza envia para todas as Etecs um ofício relatando que a partir de 31 de dezembro de 2015, em respeito à Resolução nº1 de 5 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) e às decisões do Conselho Estadual de Educação (CEE) de São Paulo, dentre tantas outras habilitações, o curso de Gestão de Políticas Públicas não será mais ofertado, sendo que seu nome convergirá para o de Serviços Públicos a partir de 2016. Mesmo com os argumentos citados acima, o CEE não aceitou a permanência desse curso em caráter experimental novamente. Portanto, a partir de 2016 a matriz curricular do antigo curso de Gestão de Políticas Públicas tornar-se-á Serviços Públicos. Esse currículo passará por reformulação na instituição, sendo que esse processo acontecerá entre os anos de 2016 e 2017. Na prática, será inicialmente uma troca de nome, para posteriormente ocorrer uma análise mais profunda do currículo, observando as necessidades do mercado e da formação dos estudantes, propondo, então, alterações curriculares. Atualmente, esse curso é oferecido nas Etecs da cidade de Piracicaba (Etec Cel. Fernando Febeliano da Costa), da cidade de Ipaussu (Etec Prof. Pedro Leme Brisolla Sobrinho) e da cidade de Tietê (Etec Dr. Nelson Alves Vianna) (CPS, 2015b).

[16] A Universidade de São Paulo oferece o curso de graduação de Gestão de Políticas Públicas em seu campus da zona leste da cidade de São Paulo, na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP) desde o ano de 2005 (Araújo, 2011:1).

5- As matrizes curriculares e as competências trabalhadas nos cursos

O atual currículo do curso de Gestão de Políticas Públicas/Serviços Públicos do Centro Paula Souza é muito similar com os que são oferecidos por outras instituições, porém com algumas especificidades, que serão tratadas com detalhe nesse texto. Para a análise, as autoras tomaram como base as matrizes curriculares do cursos de Gestão de Políticas Públicas/Serviços Públicos da Etec Cepam, dos cursos de Serviços Públicos dos Institutos Federais[17] e do Centro de Educação Tecnológica da Bahia (estadual)[18], todos disponibilizados em seus sítios eletrônicos.

Na construção da formação multi e interdisciplinar do Campo de Públicas no ensino superior, pode-se notar a predominância de quatro grandes áreas do saber: Ciências Sociais, Direito, Administração e Economia (Pires et al, 2014:123). Os cursos técnicos de Serviços Públicos têm currículos que passam por assuntos comuns, como os listados no quadro a seguir, pelo qual se percebe que os campos do conhecimento são muito próximos aos dos cursos superiores.

Quadro 1: Assuntos comuns tratados nos currículos de serviços públicos, Brasil, 2015

Assuntos/Matérias	Campo do Saber
Introdução ao Setor Público Brasileiro	A/CS
Políticas Públicas	A/CS
Planejamento	A/CS
Gestão de Projetos	A
Estatística	A/E/CS
Gestão do Conhecimento e Documentação	A
Direito Administrativo e Constitucional	D/A
Direito Tributário	D/E
Gestão de Pessoas	A
Qualidade no Atendimento	A
Orçamento Público	A/D
Contabilidade Pública	A/D
Licitações, Contratos e Convênios	A/D
Ética	CS/A/D/E
Informática e Português Instrumentais	-

Notas: Campo do Saber - Ciências Sociais (CS), Direito (D), Administração (A) e Economia (E)
Fonte: elaboração própria

[17] Grande parte dos currículos disponibilizados em sites são de cursos à distância, que como destacado não estão englobados na contagem do INEP.
[18] Oferece o Curso de Serviços Públicos na modalidade integrado com o ensino médio.

Apesar da proximidade com o ensino superior, esses cursos técnicos, para serem regulamentados pelo MEC, devem oferecer no mínimo 800 horas de aula (MEC, 2012). Já os de nível superior devem ter no mínimo 3.000 horas, conforme artigo 11 da Resolução nº 1 de 13 de janeiro de 2014 do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Superior (CNE/CES). Somente pelas horas de dedicação aos estudos já se percebe que o curso técnico trata de forma mais objetiva esses assuntos. Ainda, junto dos títulos das matérias, algumas são iniciadas com “Introdução” ou “Noções”, palavras que também trazem essa interpretação de objetividade no ensino daquele conhecimento. E esse ponto é um destaque positivo da formação técnica, já que em um ano e meio (sendo o curso modular sequencial) o estudante recebe seu diploma, caso cumpra os requisitos mínimos estabelecidos.

Os cursos técnicos trabalham habilidades e competências para o mundo profissional que a formação de ensino médio não desenvolve e são importantes para a rotina do trabalho. As seleções para ingresso no setor público também não conseguem por meio de uma prova objetiva selecionar pessoas não só com bons conhecimentos, mas também com atitudes desenvolvidas, por exemplo, para um bom trabalho em grupo. Se o funcionário não teve a oportunidade de desenvolver essas habilidades por meio de atividades laborais ou de outras relações, aprenderá com seus pares e com sua sensibilidade no dia-a-dia.

O curso técnico de Serviços Públicos oferecido pela Escola Técnica Estadual CEPAM diferencia-se dos outros nesse ponto na medida que trabalha também as habilidades e atitudes dos estudantes nas atividades em grupo e no trato com as diferentes opiniões que podem surgir em um diálogo profissional. Dois componentes propiciam o desenvolvimento dessas competências: Práticas em Políticas Públicas e Análises e Diálogos Transversais. Esses componentes curriculares desenvolverão atividades baseadas em situações problema, estudos de caso, desenvolvimento de projetos em grupo, dramatizações, dentre outras técnicas utilizadas. Como destaque relevante da formação do Centro Paula Souza, há o componente de Inglês Instrumental, que não consta em outras matrizes curriculares, e que atualmente é relevante para qualquer atuação profissional uma vez que comumente se utiliza no dia a dia profissional termos básicos de uma das línguas mais falada no mundo.

É relevante destacar que a formação oferecida pelo Centro Paula Souza também deixa de abordar e trabalhar algumas habilidades que os outros cursos desenvolvem, como as

temáticas de (I) Cerimonial, Protocolo e Eventos; (II) Patrimônio Público, Materiais e Logística e (III) Introdução à Economia. Elas são importantes no setor público, mas bem específicas quanto à atuação do técnico de serviços públicos.

Com isso, verifica-se que a formação em Serviços Públicos pode ser uma importante ferramenta para uma melhor capacitação para o trato com os dilemas e problemas públicos. Os resultados, contudo, podem ultrapassar a questão mais imediata de uma formação profissional, pois os conteúdos trabalhados possuem uma preocupação explícita com o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes em relação ao que é público. Os conteúdos possibilitam também o aprofundamento dos conhecimentos e desafios existentes, assim como o entendimento sobre os fundamentos da sociedade, os mecanismos eleitorais, a arrecadação, o gasto público, procedimentos da gestão administrativa, bem como as, s legislações que regem o trabalho do funcionário público e que devem ser cumpridas e respeitadas. Os estudantes que ainda não tem inserção profissional, mas se interessam pela área, além das possibilidades de trabalho já citadas, também podem atuar no setor privado, sendo que esse mantém diversas relações e interfaces com o setor público.

Embora haja um vasto campo para a ampliação dos cursos profissionais na área da administração pública e para a discussão sobre a importância da formação, ainda são muitos os desafios enfrentados. Desafios estes oriundos do próprio contexto do ensino profissional no Brasil, que passa por processos pendulares entre uma maior ou menor valorização, e outros específicos do campo de públicas. Em relação ao ensino profissional, há que se debater a identidade do ensino e suas relações com o ensino médio e o superior. A remuneração dos profissionais com nível médio e técnico, salvo raras exceções em áreas muito especializadas, é significativamente menor do que para quem concluiu o ensino superior, o que contribui para uma desvalorização deste nível de ensino. Quando se considera os cursos técnicos voltados para a administração pública, somam-se outros desafios, como o fato de ser relativamente recente e de ainda estar em processo de consolidação, o que compromete muitas vezes a sua visibilidade e o reconhecimento público.

Conclusões

As mudanças pelas quais passam a sociedade e administração pública não permitem mais uma visão *top down* da implementação das políticas públicas e do funcionamento da máquina pública, exigindo cada vez mais recursos humanos capacitados e aptos para lidar com a complexidade do setor. Neste contexto, chama a atenção a pouca atenção dispensada à formação e à qualificação de recursos humanos para os cargos de nível médio. Nos últimos anos no Brasil, tem-se verificado a expansão de cursos profissionais de nível médio voltados para a área pública, sob a denominação de "Serviços Públicos". Embora seja notada uma vigorosa expansão, nos últimos cinco anos o número de cursos passa de apenas 3 para 35, ainda é grande o desconhecimento acerca da especificidade da área, estando a sua identidade em construção.

Entendendo da complexidade na qual o setor público está imbuído, as formações que estão diretamente conectadas a ele também devem desenvolver habilidades para lidar com isso no ambiente de trabalho. Boa parte do contingente de servidores públicos não tem ou teve oportunidade de ter um diploma de nível superior, como 92% da população brasileira também (IBGE, 2010). É relevante destacar que o quadro de formação existente no setor público brasileiro pesquisado não reflete o nível educacional da sociedade brasileira, já que mais de 70% dos funcionários pesquisados já obtiveram o 3º grau (diploma de ensino superior ou mais).

Ainda assim, a quantidade de pessoas que os cursos técnicos poderiam atingir é grande, tanto pelas que já ocupam algum cargo no setor público (cerca de 30% do funcionalismo) quanto aos cidadãos que queiram conhecer melhor a organização administrativa do país no qual vivem ou atuarem melhor em espaços de interface com a administração pública, como organizações do terceiro setor e movimentos sociais. Como observado nas matrizes curriculares dos cursos, as competências trabalhadas neles são ferramentais importantes que poderiam melhorar ainda mais a qualidade dos serviços prestados pelo governo. Como os cursos profissionais possuem um tempo de formação mais curto e necessitam de menos recursos para a implantação do que os cursos de nível superior, constituem como uma alternativa para a melhor qualificação e capacitação dos recursos humanos nos municípios pequenos e médios. Seria importante que os líderes de todas as esferas de governo pudessem enxergar essa potencialidade para estimular a oferta de cursos deste tipo nos seus territórios. Talvez essas ações

possam contribuir também para a valorização das formações técnicas e tecnológicas uma vez que a cultura brasileira hoje pouco enxerga possibilidades profissionais com essa escolaridade.

A quantidade de cursos e vagas ofertados tem aumentado muito nos últimos anos no país. É um bom momento para se ter uma visão mais ampliada da formação e capacitação de recursos humanos para a área pública, inserindo no centro das preocupações também o nível técnico. Investir na formação dos funcionários públicos, seja os atuais seja os futuros, pode ser uma boa estratégia para lidar com os atuais desafios.

Referências Bibliográficas

Araújo, José Renato de Campos. 2011. "Gestão de Políticas Públicas: uma Nova Experiência?", Revista Temas de Administração Pública. Edição Especial, n.6, v.2.

Batista, Mariana. 2015. "Burocracia local e qualidade da implementação de políticas descentralizadas: uma análise da gestão de recursos federais pelos municípios brasileiros", Revista do Serviço Público. Brasília, v. 66, nº. 3, p. 345-370.

Brasil. 1909 Decreto nº 7566/1909. *Créa nas capitaes dos Estados das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito.*

Brasil. 1997 Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2 º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Brasil. 1999 Parecer nº 16/99 – CEB/CNE, de 05 de outubro de 1999. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

Brasil. 2004 Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Cavalcante, Pedro; Lotta, Gabriela. 2015. Burocracia de Médio Escalão: perfil, trajetória e atuação. Brasília: Enap.

Correio Braziliense. 2013, "Instituto Federal de Brasília tem o curso mais concorrido pelo Sisu". Disponível em: www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/selecao/2013/01/14/Selecao_Interna,343995/instituto-federal-brasilia-tem-o-curso-mais-concorrido-pelo-sisu.shtml. Acesso em 09 set 2015.

CPS (Centro Paula Souza). 2009., "Relatório de Gestão 2004-2008". Disponível em www.centropaulasouza.sp.gov.br/publicacoes/relatorio-de-gestao/relatorio-gestao-2004-2008.pdf. Acesso em 08 set 2015.

CPS (Centro Paula Souza). 2015a "Perfil e Histórico". Disponível em: www.centropaulasouza.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico/. Acesso em 08 set 2015.

CPS (Centro Paula Souza). 2015b. Publicações: Perfil dos cursos das Etecs e Fates de 2014. Disponível em: www.centropaulasouza.sp.gov.br/publicacoes/perfis-de-cursos-etecs-fatecs/2014/perfil-de-cursos-etecs-fatecs-2014.pdf. Acesso em 09 set 2015.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2010. Censo Demográfico – Educação – Resultados da Amostra. Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/educacao_e_deslocamento/default_xls.shtm. Acesso em 09 set 2015.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 2014. Censo Escolar da Educação Básica 2013: resumo técnico. Brasília: INEP.

Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). 2011. Ocupação no setor público brasileiro: tendências recentes e questões em aberto. Comunicados do IPEA, nº 110. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110908_comunicadoipea110.pdf. Acesso em: 10 de julho de 2015.

Lipsky, Michael. 1980. Street Level Bureaucracy. Dilemmas of the individual in public services. New York: Russell Sage Foundation.

Lotta, Gabriela. 2012. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade, en Faria, C. A (org). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

MEC (Ministério da Educação).2004. "Proposta em discussão: Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica". Disponível em: portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf. Acesso em 09 set 2015.

MEC (Ministério da Educação).2012. "Catálogo Nacional de Cursos Técnicos". Disponível em pronatec.mec.gov.br/cnct/. Acesso em 09 set 2015.

Moura, Dante Henrique. 2007. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração, en Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu/MG: ANPED.

Piero, Alexandre. Ribeiro, Erika Caracho. 2012. "A área de Públicas no nível médio técnico: a experiência e trajetória da ETEC CEPAM", Revista Temas de Administração Pública. Edição Especial, n.6, v.3.

Pires, Valdemir; Midlej e Silva, Suylan de A.; Fonseca, Sérgio Azevedo; Vendramini, Patrícia; Coelho, Fernando de S. 2014. Dossiê – Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. Administração Pública e Gestão Social 6 (3), jul-set , 110-126.

Rede Federal .2015. "Expansão da Rede Federal". Disponível em: redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal. Acesso em 09 set 2015.

Ruiz, Erica Farias de. 2014 O efeito da burocracia no desempenho escolar: o caso do Centro Paula Souza. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-EAESP). São Paulo.

Silveira, Zuleide Simas. 2006 Educação profissional no Brasil: da industrialização ao século XXI.. Disponível em: http://www.educacaopublica.rj.gov.br /biblioteca/educacao/0109.html. Acesso em 07 de julho de 2015.